Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

CNPJ nº 96.290.846/0001-82

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 e 2010

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2010	2009	Passivo e patrimônio social	2010	2009
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	11.158	7.383	Fornecedores (Nota 12)	2.072	453
Contas a receber (Nota 7)	1.644	18	Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	355	305
Estoques (Nota 8)	214	211	Salários e férias a pagar (Nota 14)	1.001	886
Outros créditos (Nota 10)	100	109	Créditos de projetos a incorrer (Nota 15)	7.174	5.876
Despesas antecipadas	17	12	Recursos do contrato de gestão (Nota 16)	1.250	478
	13.133	7.733		11.852	7.998
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 17)	185	4
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	1.736	1.435	Recursos do contrato de gestão (Nota 16)	204	
Imobilizado (Nota 11)	1.113	769		389	4
Intangível (Nota 2.9)	59	39	Patrimônio social (Nota 18)		
	2.908	2.243	Fundo de reserva	750	750
			Fundo especial	596	596
			Reserva para eventos futuros	1.000	
			Superavit acumulado	1.454	628
				3.800	1.974
Total do ativo	16.041	9.976	Total do passivo e patrimônio social	16.041	9.976

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio social - Em milhares de reais

	Fundo de reserva	Fundo especial	Reserva para eventos futuros	Superavit acumulado: Doações recebidas	Superavit acumulado: Das atividades	Superavit acumulado: Total	Total
Em 31 de dezembro de 2008	390	596		285	352	637	1.623
Superavit do exercício					351	351	351
Destinação do superavit							
Apropriação do fundo de reserva	360				(360)	(360)	
Em 31 de dezembro de 2009	750	596		285	343	628	1.974
Superavit do exercício					1.826	1.826	1.826
Destinação do superavit							
Apropriação da reserva			1.000		(1.000)	(1.000)	
Em 31 de dezembro de 2010	750	596	1.000	285	1.169	1.454	3.800

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do superavit
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2010	2009
Receitas das atividades		
Recursos de órgão do governo - contrato de gestão (Nota 19)	19.268	12.500
Patrocínios de projetos (Nota 15)	5.767	4.838
Venda da loja, líquida do custo das vendas e tributos (Nota 20)	371	544
Ingressos	633	639
Patrocínios não incentivados	876	78
Contribuições associativas	17	24
Doações	367	505
Financeiras, líquidas	44	37
Outras receitas	86	297
	27.429	19.462
Despesas das atividades		
Com contrato de gestão (Nota 19)	(20.094)	(14.153)
Com projetos (Nota 15)		
Gastos incorridos	(5.767)	(4.838)
Recuperação de gastos - bens móveis adquiridos	377	
Gerais e administrativas	(119)	(120)
	(25.603)	(19.111)
Superavit do exercício	1.826	351

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2010	2009
Superavit do exercício	1.826	351
Ajustes		
Receitas financeiras do realizável a longo prazo	(97)	(60)
Depreciação e amortização	332	192
Provisão para contingências	216	20
	2.277	503
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.426)	
Estoques	(3)	(74)
Outros créditos	9	2
Despesas antecipadas	(5)	
Fornecedores	1.619	(103)
Impostos e contribuições a recolher	50	(41)
Salários e férias a pagar	115	164
Recursos do contrato de gestão	(972)	478
Créditos de projetos a incorrer	1.098	3.444
Depósitos judiciais	(35)	(16)
Outras contas a pagar	-	(5)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.671	4.352
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras vinculadas	(200)	(300)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(696)	(256)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(896)	(556)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.775	3.796
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.383	3.587
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.158	7.383

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Informações gerais - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2010 foi aprovado, entre outros, a alteração da denominação social da Associação dos Amigos da Pinacoteca do Estado para Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC. A Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 2 de setembro de 2010 e pelas Leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998. A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca do Estado, como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural. Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: (a) Promover campanhas de esclarecimento da comunidade sobre a importância artístico-cultural do acervo da Pinacoteca do Estado, mobilizando a opinião pública para garantir sua conservação e proteção, bem como para participar de suas atividades. (b) Realizar, patrocinar e promover em conjunto com a Pinacoteca do Estado, exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público. (c) Promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural. (d) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação. (e) Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área Artística-cultural. (f) Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca do Estado e da Associação. (g) Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos. (h) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura. (i) Gerir espaços para venda de produtos relacionados aos objetivos da Pinacoteca do Estado, bem como explorar café, bar ou restaurante e estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores do museu e desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades de suporte da Pinacoteca do Estado. A Associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão junto a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura. **Contrato de gestão -** A Associação firmou em 22 de dezembro de 2008, com o Governo do Estado de São Paulo, Contrato de Gestão pelo período de cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2009. Durante o período do contrato, a Associação receberá recursos financeiros destinados ao fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia, na Pinacoteca do Estado de São Paulo. As obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes: (i) Executar os serviços descritos e caracterizados no Anexo ao Contrato de Gestão - Programa de Trabalho - Prestação de Serviços, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos. (ii) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público. (iii) Comunicar a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. (iv) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo, deverão fazer parte do patrimônio do Estado). (v) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo ao Contrato de Gestão - Sistema de Despesa com Pessoal. (vi) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público. (vii) A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados não excederão aos níveis de remuneração praticada na rede privada da cultura, baseando-se em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado. (viii) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social. (ix) Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumentais necessários para a realização dos serviços contratados. (x) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem: • o uso de espaços internos dos bens imóveis, prédios ou empreendimentos para empreendimentos diversos; • o empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição; • a restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural. (xi) Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria do Estado da Cultura. (xii) Contratar seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos. Entre as atividades descritas no programa de trabalho - Prestação de Serviços - do Contrato de Gestão, destacam-se: • Garantir as condições que permitam o mais amplo acesso público ao museu. • Execução dos trabalhos de higienização das obras do acervo expostas, restauro e conservação das obras com necessidades eventuais de intervenção, manutenção dos sistemas expo gráficos, sistemas de segurança e detecção de incêndio, mobiliário e programação visual e substituição das obras solicitadas por outras exposições ou em processo de restauro. • Exposições das mais variadas técnicas de expressão e tendências, nas várias salas da Pinacoteca e da Estação Pinacoteca. • Ação educativa: •• Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE); •• Programa de Inclusão Sociocultural (PISC); •• Capacitação de professores; •• Visitas educativas; •• Programa de Consciência Funcional. No caso de não cumprimento, parcial ou total, das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação será punida. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à Associação e o respectivo montante descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, inclusive o de 2010, a Associação recebe, no prazo e condições acordados, a importância global estimada em R$ 83.298, que será paga da seguinte forma: R$ 12.978 em 2009, R$ 20.240 em 2010, R$ 15.130 em 2011, R$ 16.640 em 2012 e R$ 18.310 em 2013. Os bens patrimoniais cedidos à administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, nº 2 e no Largo General Osório, nº 66, além das obras de arte e biblioteca pertencentes ao acervo do museu. Para o ano de 2010, o contrato prevê que a Associação não poderá gastar mais do que 79,1% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderá ultrapassar o valor anual de 7,6% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas (41,27% e 2,95%, respectivamente). Os relatórios trimestrais de 2010 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura. A Associação aguarda a formalização conclusiva da análise do relatório do 4º trimestre. **2. Resumo das principais políticas contábeis -** Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras preparado pela Associação de acordo com o CPC PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não havendo, todavia, nenhuma diferença entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo). As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária em 26 de janeiro de 2011. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 - Base de preparação e apresentação -** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras. **2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3 - Caixa e equivalentes de caixa -** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superavit do exercício. **2.4 - Aplicações financeiras vinculadas -** Aplicações financeiras de liquidez imediata, estando demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superavit do exercício. **2.5 - Instrumentos financeiros -** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (superavit) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (superavit) -** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superavit) são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superavit) são apresentados na demonstração do superavit na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do superavit afetada pela referida operação. **Empréstimos e recebíveis -** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge* -** Durante os exercícios de 2010 e de 2009, a Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de *hedge, swap*, contratos a termo e outras). **2.6 - Contas a receber -** As contas a receber correspondem, substancialmente, a valor a receber do Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura, bem como pelo montante a receber de patrocinador de determinado evento cultural, reconhecidas pelo valor constante dos contratos firmados. **2.7 - Estoques e demais ativos circulantes -** Os estoques, representados substancialmente por livros recebidos em doação, inclusive em anos anteriores, foram valorizados pelo seu valor de venda ou custo, deduzidos, quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização, tendo como contrapartida rubrica específica no superavit do exercício. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização. **2.8 - Imobilizado -** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (5 anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização. Até 2009, a depreciação era calculada pelo método linear considerando a vida útil estimada como segue: (a) Móveis e utensílios e instalações - dez anos e (b) Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e fotográficos - cinco anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.9 - Intangível -** Está representado por licenças de *softwares* adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos. **2.10 - Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques -** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.11 - Fornecedores -** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **2.12 - Créditos de projetos a incorrer -** Estão representados pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. **2.13 - Recursos do contrato de gestão -** Estão representados pelos valores recebidos, ou a receber, para aplicação em gastos emergenciais ou outros não previstos no contrato de gestão e que ainda não foram utilizados. **2.14 - Provisões -** As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.15 - Demais passivos circulantes -** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **2.16 - Patrimônio social -** Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superavit ou deficit apurado em cada exercício. **2.17 - Apuração do superavit -** Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos mensalmente como receita durante o exercício. Os recursos provenientes de patrocínios de Lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas, são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. A receita de venda da loja, decorrente substancialmente da venda de livros e publicações, e dos ingressos são reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito. As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios. **2.18 - Benefícios a empregados -** A Associação não mantêm planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantêm plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações. **3. Transição para o CPC para PMEs -** As demonstrações financeiras da Associação relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs, não havendo, todavia, nenhuma diferença entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo). Em 2010, foi procedida a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, sendo adotado, a partir de janeiro de 2010, o prazo do contrato de gestão como base para cálculo da depreciação. O efeito decorrente do procedimento adotado totalizou R$ 100. **4. Estimativas e julgamentos contábeis -** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos corresponde à constituição da provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques, os quais estão representados, substancialmente, por livros e publicações adquiridos ou editados por ocasião da realização de exposições decorrentes dos projetos incentivados, sendo a quantidade remanescente doada para a Associação, que os coloca a venda na sua loja, por preços inferiores aos correspondentes custos de doação ou de edição (a provisão constituída corresponde aproximadamente 95% dos custos de doação ou de edição).

Continua»»»

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo — SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO),
OU=ID - 772641, CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal
www.imprensaoficial.com.br

»»»Continuação

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

5. Caixa e equivalentes de caixa	2010	2009
Caixa	7	5
Bancos conta-movimento		
Projetos	6.775	3.230
Contrato de gestão	397	7
Recursos próprios e fundo especial	45	70
	7.217	3.307
Aplicações financeiras		
Contrato de gestão	3.896	1.765
Projetos em andamento		
Plano anual 2009	38	2.306
	3.934	4.071
	11.158	7.383

A composição das aplicações financeiras por banco e modalidade em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

Banco e fundo de investimento	2010	2009
Nossa Caixa Nosso Banco - VIP FIC		1.389
Banco do Brasil - DILP VIP (2009 - CP ADM Clássico)	3.896	2.306
Banco Santander Classic DI	38	376
	3.934	4.071

Em 2010 as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximada de 0,8% ao mês. Em atendimento as normas do Governo, as aplicações financeiras, inclusive vinculadas, são realizadas substancialmente em bancos estatais.

6. Instrumentos financeiros	2010	2009
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	11.158	7.383
Contas a receber	1.644	18
Outros créditos	100	109
Aplicação financeira vinculada	1.736	1.435
	14.638	8.945
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	2.072	453
Impostos e contribuições a recolher	355	305
Salários a pagar	302	264
Créditos de projetos a incorrer	7.174	5.876
Recursos do contrato de gestão	1.454	478
	11.357	7.376

7. Contas a receber	2010	2009
Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura (*)	1.400	
Caixa Econômica Federal - projeto	200	
Cartão de crédito - venda da loja	32	18
Outras	12	-
	1.644	18

(*) Corresponde ao montante a receber decorrente do 5º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão, firmado em 30 de dezembro de 2010, recebido em janeiro de 2011.

8. Estoques	2010	2009
Saldos conforme registros auxiliares	2.656	2.192
Provisão para perda e ajuste ao valor de realização	(2.442)	(1.981)
	214	211

9. Aplicações financeiras vinculadas	2010	2009
Banco Bradesco - Fundo Fixa Marte (a)		811
Banco do Brasil		
Fundo de Renda Fixa - RF LP 500 MIL (a)	870	
Poupança (b)	204	
Banco Santander - Fundo Classic DI (c)	662	624
	1.736	1.435

	Fundo de reserva (a)	Fundo especial (c)	Reserva de contingência (b)
Em 31 de dezembro de 2008	451		
Aplicação realizada	300	624	
Rendimentos auferidos	60	-	-
Em 31 de dezembro de 2009	811	624	
Aplicação realizada			200
Rendimentos auferidos	59	38	4
Em 31 de dezembro de 2010	870	662	204

As aplicações decorrentes de Fundo de reserva e Reserva de contingência são realizadas em atendimento aos requerimentos do Contrato de Gestão. A rentabilidade anual média das referidas aplicações foi de 9,83%, com exceção da aplicação feita em poupança.

10. Outros créditos	2010	2009
Adiantamentos a fornecedores	11	
Antecipação de férias e empréstimos a funcionários	86	79
Créditos a realizar		20
Outras contas a receber	3	10
Obras de arte	1.500	100
Provisão para doações	(1.500)	(100)
	100	109

Em 2010, foram adquiridas 93 obras de 13 artistas, no montante total de R$ 2.805, sendo R$ 2.553 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão, R$ 230 com recursos do Plano Anual e R$ 22 com recursos do Fundo Especial, sendo parcela substancial já doadas para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, remanescendo obras a serem doadas no montante de R$ 1.500. Em 2009, foram adquiridas obras de 5 artistas, no montante de R$ 190, as quais já foram doadas em 2010 para a Pinacoteca do Estado de São Paulo. As referidas obras foram adquiridas com recursos incentivados pela Lei Federal nº 8.313/91 - Lei Rouanet - e pelo Prêmio Marcoantonio Vilaça da Fundação Nacional de Arte - FUNART).

11. Imobilizado			2010	2009
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	1.271	(416)	855	388
Máquinas e equipamentos	355	(309)	46	241
Equipamentos de informática	341	(178)	163	85
Instalações	55	(14)	41	47
Acessórios e equipamentos	9	(9)		
Equipamentos fotográficos	17	(9)	8	8
	2.048	(935)	1.113	769

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2010	2009
No início do exercício	769	700
Aquisição de bens	328	371
Aquisição de bens com recursos do projeto	327	
Doações efetuadas		(125)
Depreciação	(311)	(177)
No final do exercício	1.113	769

A composição das aquisições realizadas pode ser assim demonstrada:

	2010	2009
Máquinas e equipamentos		4
Instalações		23
Móveis e utensílios	531	207
Computadores e periféricos	121	43
Obras de arte		90
Equipamentos fotográficos	3	4
	655	371

12. Fornecedores	2010	2009
Aquisição de obras de arte	1.500	
Por aquisição de serviços e outros	572	453
	2.072	453

13. Impostos e contribuições a recolher	2010	2009
PIS e COFINS a recolher	31	19
IRRF a recolher	96	25
ICMS a recolher		76
ISS a recolher	7	5
INSS a recolher	172	137
FGTS a recolher	49	43
	355	305

14. Salários e férias a pagar	2010	2009
Salários a pagar	302	264
Provisão para férias e encargos	699	622
	1.001	886

15. Créditos de projetos a incorrer	2010	2009
CEF e outros (2009 - BNDES)	206	364
Plano Anual 2008		217
Plano Anual 2009	1.417	5.295
Plano Anual 2010	2.497	
Plano Anual 2011	3.054	-
	7.174	5.876

Estão representados por valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades na rubrica "Patrocínios de projetos", assim como os custos incorridos, pelo mesmo montante, estão apresentados em despesas das atividades na rubrica "Despesas com projetos". Nos termos do artigo 62, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 3, de 30 de dezembro de 2010, do Ministério da Cultura, os saldos não utilizados de planos anuais poderão ser utilizados para outros planos anuais aprovados pelo Ministério da Cultura, desde que o plano (projetos) anterior seja encerrado e acolhidas as justificativas apresentadas para a transferência de saldo. A movimentação dos principais projetos em 2010 pode ser assim demonstrada:

	Plano anual						
	2008	2009	2010	2011	BNDES	CEF e outros	Total
Em 31/12/2009	217	5.295			364		5.876
Recebimento de recursos		996	2.549	3.054		206	6.805
Receitas financeiras e outras		239	23		(1)		261
Gastos incorridos na execução do projeto	(4)	(4.883)	(75)		(102)		(5.064)
Devolução de recurso não utilizado	(1)						(1)
Aquisição de bens e obras	(212)	(230)	-	-	(261)	-	(703)
Em 31/12/2010	-	1.417	2.497	3.054	-	206	7.174

Composição do saldo em 31 de dezembro

					2010	
	Plano anual					
	2009	2010	2011	CEF e outros	Total	Total
Bancos e aplicações financeiras	1.224	2.497	3.054		6.775	5.536
Contas a receber				200	200	
Aquisição de bens do imobilizado	191				191	393
Outros créditos - adiantamentos	2			6	8	5
Fornecedores e outros	-	-	-	-	-	(58)
	1.417	2.497	3.054	206	7.174	5.876

A composição dos principais gastos incorridos nos projetos pode ser assim demonstrada:

	Plano anual			
	2008	2009	2010	BNDES
Produção, curadoria, coordenação técnica e outros	1	3.132	75	
Divulgação		1.411		
Contratos - serviços de terceiros		225		3
Material de consumo		51		26
Bens adquiridos	116			261
Doações - obras de arte	96	230		
Outros	3	64	-	73
	216	5.113	75	363

16. Recursos do contrato de gestão	2010	2009
Correspondente ao 1º aditamento		478
Correspondente ao 3º aditamento	1.250	
Correspondente a reserva para contingência	204	-
	1.454	478
Passivo não circulante	(204)	-
Passivo circulante	1.250	478

Em 2010 e em 2009, a Associação firmou o primeiro e terceiro termos de aditamento ao contrato de gestão, mantido com a Secretaria de Estado da Cultura, onde estabeleceu a inclusão de novos indicadores e metas. Em decorrência destes aditamentos, a Associação recebeu o valor de R$ 3.340 (2009 - R$ 478) destinado a fazer frente a gastos emergenciais, não previstos anteriormente, e que passaram a fazer parte do Anexo I ao Contrato de Gestão, como a seguir mencionados: • 2010 - (a) desenvolver o projeto executivo para instalação da Pinacoteca no Liceu de Artes e Ofícios e da reserva técnica compartilhada; (b) desenvolver novo Programa Museológico para o Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios, e projeto executivo para as melhorias arquitetônicas necessárias; (c) ampliar o acervo de obras artísticas da Pinacoteca do Estado de São Paulo; (d) realização do seminário "A formação dos profissionais de museus: reflexões"; (e) elaboração e produção das publicações "O ICOM e o pensamento museológico brasileiro" e "Waldisa Russio Camargo Guarnieri: textos selecionados"; (f) manutenção ao longo de 2010 do site "Forum Permanente de Museus"; (g) realização da exposição "A Coleção Domingos Giobbi" e publicação de catálogo; (h) exposições itinerantes no Estado de São Paulo; (i) exposição "Um Acervo em Preto e Branco"; (j) exposição "Acervo da Fundação José e Paulina Nemirovsky"; (k) exposição "Almeida Junior"; e (l) realizar avaliação da proposta da Pinacoteca - contratação de serviços de consultoria em projetos museológicos que orientará a ampliação das atividades do Museu nas próximas décadas, entre outras. • 2009 - (a) elaboração do programa arquitetônico para a implantação da futura Pinacoteca Contemporânea; (b) reforma emergencial do telhado do Edifício da Pinacoteca Luz; (c) ampliação da oferta de atividades desenvolvidas pelo Memorial da Resistência, por meio dos seminários "Sábados Resistentes", encontro de formação e vídeo institucional; e (d) exposição Lita Cerqueira. • O saldo apresentado no passivo circulante corresponde a metas não atendidos em 2010 e 2009 decorrentes dos referidos aditamentos, cujos valores totalizaram R$ 1.250 (2009 - R$ 478). Os referidas metas de 2009 foram atendidas em 2010 e as de 2010 estarão atendidas em 2011. Adicionalmente, em 2010 foi recebido o montante de R$ 200, previsto no 3º. Aditamento ao Contrato de Gestão, destinado ao pagamento de eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica, podendo sua movimentação ser aprovada pelo Conselho de Administração da Associação e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência. Ao final do contrato de gestão, o saldo financeiro remanescente na reserva (aplicação financeira) será rateado entre o Estado e a Associação, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída. O montante recebido será apropriado para receita no momento e na mesma proporção dos eventuais pagamentos realizados, estando o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação. **17. Contingências -** Na data das demonstrações financeiras, a entidade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

			2010
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido
Contingências trabalhistas	(51)	236	185

A entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. As contingências trabalhistas, consistem, principalmente, em reclamações de terceiros solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício, do período anterior à administração da Pinacoteca pela Associação. As tributárias, referem-se, principalmente, à discussão quanto à imunidade tributária da Associação com relação ao recolhimento da COFINS e imunidade tributária requerida junto ao Município de São Paulo para afastar a incidência de ISSQN sobre as atividades da entidade. A Associação também possui ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, no montante estimado de R$ 474 (2009 - R$ 733). A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões. **18. Patrimônio social -** O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superavits (deficits) apurados anualmente, assim como pelas doações de bens recebidas, desde a data de sua constituição. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98. **(a) Fundo de reserva -** O fundo de reserva foi constituído à razão de 6% do repasse financeiro recebido em 2009 pela Associação, no montante de R$ 12.500, como requerido no Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica e sob a tutela do Conselho de Administração, podendo ser utilizado em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos em recebimentos de recursos. **(b) Fundo especial -** Em 2007, a administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parcela do superavit acumulado, para fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuros não recorrentes, inesperáveis ou momentâneos, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. **(c) Reserva para eventos futuros -** Em 2010 o Conselho de Administração da Associação decidiu constituir a Reserva para Eventos Futuros, mediante apropriação de parcela do superavit acumulado, para fazer face a eventuais pagamentos de caráter emergencial ou inesperável relacionados à preservação das edificações ou dos acervos da Pinacoteca do Estado ou sob sua guarda. Os recursos financeiros correspondentes devem ser aplicados em 2011 em conta bancária específica, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

19. Receitas e custos com contrato de gestão	2010	2009
Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos		12.500
1º Termo de Aditamento		478
2º Termo de Aditamento	15.500	
3º Termo de Aditamento	3.340	
5º Termo de Aditamento	1.400	-
	20.240	12.978
Receita a apropriar	(1.450)	(478)
Receita apropriada	478	-
	19.268	12.500
Despesas e gastos com contrato de gestão		
Pré-produção e preparação	(731)	(145)
Produção e execução	(1.306)	(215)
Divulgação e comercialização	(451)	(346)
Com pessoal	(8.709)	(7.438)
Contratos	(3.856)	(3.221)
Material de consumo	(612)	(532)
Utilidade pública	(1.390)	(1.467)
Doações de obras	(2.553)	(191)
Doações - outras	(162)	
Depreciação e amortização	(143)	(28)
Outras despesas	(411)	(726)
Tributárias	(103)	(15)
Financeiras, líquidas	333	171
	(20.094)	(14.153)

20. Receita de venda da loja, líquida do custo das vendas e tributos	2010	2009
Receita bruta de vendas	1.067	933
Custo das vendas	(593)	(335)
Impostos incidentes sobre a venda	(87)	(54)
Vendas canceladas e devoluções	(16)	-
	371	544

21. Aspectos fiscais - Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superavit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais. A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superavit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação. Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento integral das contribuições devidas. Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaços, bilheteria e outras. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, posição essa confirmada por seus assessores jurídicos, que indicam em resposta a consulta formulada que, em princípio, a Associação estaria sujeita ao recolhimento da COFINS, mas que no seu entendimento a "atividade própria" é toda e qualquer atividade cuja receita viabilize, no todo ou em parte, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da entidade. Em maio de 2008, os advogados da Pinacoteca intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que fosse declarada a imunidade da Associação, ou, subsidiariamente, que fosse declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação.Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as receitas de bilheteria, cursos e palestras, estão imunes do ISSQN, imunidade essa que poderá ser obtida mediante requerimento formulado junto ao orgão da administração municipal. Adicionalmente, os assessores jurídicos indicam que em função da imunidade tributária conferida pelo artigo 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, fica afastada, de qualquer maneira, a incidência do ISSQN sobre as atividades desempenhadas pela Associação. Em outubro de 2008, foi apresentado o pedido de reconhecimento da imunidade tributária junto a Prefeitura do Município de São Paulo, ainda pendente de apreciação. Em decorrência dos assuntos comentados acima, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a eventual pagamento futuro desses tributos. As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais. **22. Seguros -** A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2010 a 5 de junho de 2011. As coberturas de seguros contratadas (locais - Praça da Luz e Rua General Osório) têm os seguintes limites: (a) incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e incêndio resultante de tumultos - R$ 40.000; (b) danos elétricos - R$ 50; (c) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado - R$ 30; (d) roubo de valores nas dependências do segurado - R$ 10; (e) tumultos - R$ 200; (f) responsabilidade civil do empregador - R$ 200; (g) vendaval, furação, impactos de veículos e aeronaves e outros - R$ 1.000. Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil e danos morais, com cobertura contratada de R$ 1.000 e R$ 500, respectivamente. Não são contratados seguros para os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Com relação às obras de arte recebidas ou enviadas para exposições são contratados seguros específicos. Adicionalmente, foi contratado seguro fiança relativo ao aluguel do galpão com vigência de 1º de novembro de 2010 a 1º novembro de 2011, com limite de responsabilidade de R$ 160 e danos ao imóvel e multa por rescisão contratual de R$ 44.

Continua»»»

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO),
OU=ID - 772641, CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal
www.imprensaoficial.com.br

»»»Continuação

Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC

Conselho de Administração

Marcelo Secaf - Presidente
Celso Lafer - Vice-Presidente

Conselheiros
Carlos Wendel de Magalhães
Luciene de Jesus Souza
Denise Aguiar Alvarez
Fernando Teixeira Mendes Filho
Horácio Bernardes Neto
Julio Landmann
José Olympio Pereira
Maria Anna Olga Luiza Bonomi
Maria Luisa de Souza Aranha Melaragno
Nilo Marcos Mingroni Cecco

Conselho Fiscal

Osvaldo Roberto Nieto - Presidente
Manoel Andrade Rebello Neto - Silvio Barbosa Bentes
Conselheiros

Diretoria Executiva

Marcelo Mattos Araujo – Diretor Executivo
Miguel Martin Gutierrez Filho – Diretor Financeiro

Contador

Paulo Schiesari Filho - CRC 1SP140.342/O-8

Parecer dos auditores independentes

Aos Diretores e Conselheiros
Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC
(anteriormente denominada Associação dos
Amigos da Pinacoteca do Estado)

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC (a "Associação") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras -** A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes -** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião -** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 27 de janeiro de 2011

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes — CRC 2SP000160/O-5
Mauro Sérgio Alves Teixeira — Contador CRC 1SP149262/O-6

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO Nº 35/2008

Metas Quantitativas

Indicadores	Meta	Realizado	2010 %
Atividades Técnicas			
Abertura ao Público (dias)	306	307	100%
Visitação Pinacoteca Luz	360.000	333.067	93%
Visitação Estação Pinacoteca	27.000	106.615	395%
Visitação Memorial da Resistência de São Paulo	33.000	86.890	263%
Total de Visitantes dos três equipamentos	420.000	526.572	125%
Programa de Exposições Temporárias			
Mostras Históricas	1	1	100%
Mostras Arte Contemporânea	1	1	100%
Fotografia	1	1	100%
Gravura	1	1	100%
Programa de Exposições Temporárias Ação Integrada SISEM			
Realizar a exposição "Um acervo em preto e branco"	4	4	100%
Realizar a exposição "Acervo da Fundação José e Paulina Nemirovsky"	2	2	100%
Realizar Exposição "Almeida Junior"	1	1	100%
Realizar a Exposição "Arte e Política: outros olhares".	1	1	100%
Ação Educativa			
Visitantes em visita educativa	30.000	43.607	145%
Programa Educativo Público Especial – atendimento	850	1.139	134%
Programa Inclusão Sócio Cultural - atendimento	1.800	2.913	162%
Encontros de Capacitação	7	31	443%
Educadores capacitados	320	1.422	444%
Memorial da Resistência de São Paulo			
Abertura ao público (dias)	306	306	100%
Visitantes em visita educativa	10.000	11.814	118%
Exposições temporárias	2	2	100%
Realização de Seminários "Sábados Resistentes"	15	15	100%
Elaborar Planejamento Estratégico	1	1	100%
Biblioteca			
Abertura ao público (dias)	256	256	100%
Consulentes	1.200	1.528	127%
Publicações Incorporadas por doações	300	591	197%
Salvaguarda do Acervo			
Digitalização inserção DONATO	2.000	2.028	101%
Ação Cultural			
Curso de História da Arte	2	2	100%
Realizar Exposição Comemorativa Mês da Consciência Negra	1	1	100%
Realização Seminário em parceria com o ICOM	1	1	100%
Publicação Em parceria com o ICOM	2	2	100%
Comunicação e Imprensa			
Publicar Relatório Anual	1	1	100%
Finanças			
Captação de Recursos			
Recursos Operacionais Museu	R$2.024.000	R$1.770.290	87%
Captação de Patrocínios	R$2.024.000	R$7.478.900	370%
Reserva de Contingência			
Constituir Reserva de Contingência	R$200.000	R$200.000	100%
Equilíbrio Financeiro			
Índice de liquidez seca	= ou > 1	1,45	100%
Receitas Totais / Despesas Totais	= ou > 1	1,07	100%
Despesas funcionários meio/fim	< 0,5	0,3	100%
Qualidade de Serviços Prestados			
Índice de satisfação público	75%	100%	100%
Índice de qualidade cursos	75%	100%	100%

Metas Condicionadas 2010

Indicadores	Realizado
Exposições Temporárias Históricas	6
Exposições Temporárias Arte Contemporânea	12
Exposições Temporárias Fotografia	5
Exposições Temporárias Gravura	1

Metas Qualitativas

Indicadores	2010 % Realizado
Manutenção predial e conservação preventiva	100%
Execução de Programa de Combate e Controle de Pragas	100%
Recebimento do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros AVCB	100%
Alvará de Funcionamento	100%
Manter em boas condições todos os equipamentos de combate de incêndio	100%
Manual de Normas e Procedimentos de Serviço de Segurança	100%
Entrega do inventário do acervo artístico atualizado	100%
Entrega do inventário do acervo bibliográfico atualizado	100%
Entrega do inventário dos móveis, equipamentos e utensílios atualizado	100%
Executar ações de conservação preventiva e restauro nas obras do acervo	100%
Manter cerca de 800 obras em exibição na exposição de longa duração	100%
Conferência de todo o acervo	100%
Organização e adequação dos termos documentais conforme o plano de Classificação e Tabela de temporalidade das atividades fim da Secretaria da Cultura	100%
Elaboração de manual de procedimentos arquivísticos do Centro de Documentação e Memória	100%
Participação na Virada Cultural com programação própria	100%
Participação na Semana Nacional de Museus com programação própria	100%
Participação na Primavera de Museus com programação própria	100%
Manter o site atualizado	100%
Fornecer clipping de Comunicação com principais matérias publicadas na imprensa escrita e internet	100%
Avaliar Pesquisa de Público	100%
Em parceria com o fórum Permanente de Museus participar da elaboração e manutenção do site ao longo de 2010	100%
Implantar Programa de Aquisição de Obras	100%
Contratação de serviços de arquitetos para elaboração de projeto executivo Liceu de Artes e Ofício	100%
Contratação de serviços de consultoria em museologia e história	100%
Desenvolver a primeira fase da reformulação da exposição de longa duração sobre o acervo	100%
Troca de equipamentos fixos e adequação do espaço da cafeteria da Pinacoteca Luz	100%
Desenvolver a produção inicial da exposição Paula Rego em 2010	100%
Implantar as Iniciativas Estratégicas de 2010 apontadas no Planejamento Estratégico	100%
Aquisição de Obras "Emigrantes III" – Lasar Segall	100%
Envio de dados de programação e visitação	100%
Envio da DOAR, exigida para Secretaria da Fazenda, devidamente protocolada na CCA-5	100%
Entrega do Relatório Quadrimestral para publicação	100%
Enviar Relatório de Custeio de contas de utilidade pública	100%
Dar continuidade ao Programa de Desenvolvimento Organizacional PDO	100%

Elgin S.A Administração e Participações

CNPJ 65.599.904/0001-20 - NIRE 35.300.130.561

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Elgin S/A
Administração e Participações realizada em 17 de Janeiro de 2011

Aos dezessete dias (17) do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, às quinze horas, na sede social da empresa, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Vereador Dante Jordão Stoppa, 47, CEP 08820-390, reuniram-se os senhores membros do **Conselho de Administração da Elgin S/A, Administração e Participações,** a saber: **David Charles Feder, Roberto Bernardo Feder**, **Frances Rose Feder, Edward James Feder** e **Denise Feder**. Foi colocada em votação, a reeleição da Diretoria para o novo mandato estatutário, com duração de 3 (três) anos, ou seja de 20 de janeiro de 2011 a 20 de janeiro de 2014, tendo sido reeleitos os Srs.: **Roberto Bernardo Feder,** austríaco, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade para estrangeiros RNE nº W-198-903-8 CGPI/DIREX/DPF, e do CPF nº 875.199.098-91, domiciliado na cidade de Mogi das Cruzes/SP, à Av. Vereador Dante Jordão Stoppa, 47 - Jd. Cintia, e, **Edward James Feder**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 3.108.111-3 SSP/SP e do CPF nº 875.198.958-15, domiciliado na cidade de Mogi das Cruzes/SP, Av. Vereador Dante Jordão Stoppa, 47 - Jd Cintia. Em seguida, estando a palavra à disposição dos Srs. Conselheiros para tratarem de outros assuntos de interesse da sociedade e ninguém mais se manifestando deu-se por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata, que vai firmada por todos os presentes. Declaramos ser a presente cópia fiel do original lavrado no livro próprio. Mogi das Cruzes, 17 de janeiro de 2011. **a) David Charles Feder** - Presidente do Conselho de Administração. **a) Roberto Bernardo Feder, a) Frances Rose Feder, a) Edward James Feder, a) Denise Feder.** Cópia Fiel. **David Charles Feder** - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 33.275/11-7 em 21.01.2011. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

Usina Carolo S.A. - Açúcar e Álcool

CNPJ/MF nº 55.109.474/0001-68 - NIRE nº 35.300.019.946

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Hora e Local: Aos 12/11/2010, às 10 h, na sede social em Pontal-SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente - Antônio Carlos Carolo; Secretário - Marcelo Carolo **Convocação:** Dispensada legalmente. **Deliberações Unânimes:** Foram aprovadas: (a) as contas e as demonstrações financeiras do exercício social encerrado aos 31 de dezembro de 2009; (b) a contabilização do lucro do exercício social em conta de reserva para contingências, tendo em vista que os efeitos da Medida Provisória 470/2009 ainda dependem de apreciação pela Receita Federal do Brasil e (c) a eleição para compor a diretoria de **Antônio Carlos Carolo**, brasileiro, casado, industrial, portador da CIRG/SSP/SP nº 3.209.758 e do CPF nº 204.272.718/00, residente e domiciliado à Rua José Leonel Pupo, 710, no município de Pontal (SP) e **Marcelo Carolo**, brasileiro, casado, industrial, portador da CIRG/SSP/SP nº 10.147.498 e do CPF nº 036.761.308/55, residente e domiciliado à Rua das Salamandras, 74 - Quinta da Alvorada, no município de Ribeirão Preto (SP), fixando-lhes a remuneração individual e mensal de R$ 1.733,70 (Um mil e setecentos e trinta e três reais e setenta centavos), em vigor a partir de 1º de dezembro de 2010 e reajustável anualmente pelo mesmo índice e na mesma data aplicáveis ao reajuste dos salários dos empregados da sociedade, com mandato até a assembléia geral a ser realizada no ano de 2013. **Nada mais.** Pontal, 12/11/2010. aa) AMC Empreendimentos e Participações Ltda., MCC Empreendimentos e Participações Ltda. **JUCESP** nº 449.773/10-3 em 17/12/10. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

CNPJ/MF nº 07.628.528/0001-59 - NIRE nº 35.300.326.237
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

São convocados os acionistas da **BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS** (**"Companhia"**) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 4 de Fevereiro de 2011, às 11:00 horas, em segunda chamada, na sede social da Companhia, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.309, 5º andar, na Capital do Estado de São Paulo, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia. **Ordem do dia:** Proposta de aumento do atual capital autorizado da Companhia de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) para R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) e a conseqüente alteração do *caput* do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais**: Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e de acordo com o parágrafo 5º do artigo 10º do Estatuto Social, os acionistas deverão apresentar, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data de realização da referida Assembleia, os seguintes documentos: **(i)** documento de identidade hábil; **(ii)** comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias e/ou **(iii)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, na sede social da Companhia, junto ao Departamento Jurídico, de 2ª à 6ª feira, em horário compreendido entre as 8:30 horas e as 17:30 horas, até às 11:00 horas do dia 1º de Fevereiro de 2011, ou seja, até 72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia. Em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes, os documentos relativos à Assembleia e a correspondente proposta, estando todas as informações, nos termos do Artigo 11 da Instrução CVM nº 481/2009, à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, no seu site (www.brasil-agro.com), bem como nos sites da BM&FBOVESPA (www.bovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Para entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, utilizar os telefones (55 11) 3035-5350/ (55 11) 3035-5374 ou e-mail ri@brasil-agro.com.

São Paulo, 27 de Janeiro de 2011
Eduardo S. Elsztain - Presidente do Conselho de Administração

INDÚSTRIA AGRÍCOLA TOZAN LTDA.

CNPJ/MF N.º 61.153.169/0001-76 NIRE 35.2.01415240

Edital de Convocação - Reunião Extraordinária de Quotistas

São convidados os quotistas a reunirem-se em Reunião Extraordinária de Quotistas, que será realizada no dia 07 de fevereiro de 2011, às 10:00 horas, na sala Zanini do Hotel Intercontinental São Paulo, sito a Alameda Santos, 1123, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para a seguinte ordem do dia: i. examinar, discutir e deliberar acerca da alteração do quadro de administradores da Sociedade; e ii. examinar, discutir e deliberar acerca de demais assuntos pertinentes ao item da presente ordem do dia, inclusive a forma de implementação das decisões tomadas na reunião.

São Paulo, 24 de janeiro de 2011.
HENRY RYOSUKE OKAHASHI - Diretor Vice Presidente.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97

Edital de Convocação Assembléia Geral Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias ("Companhia") convidados a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, às 10:30 horas, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da alteração de razão social da Companhia para "**CCR S.A**.". Diante disso, referida disposição estatutária passará a vigorar, mediante aprovação dos Acionistas, da seguinte forma: *"**Artigo 1º -** A CCR S.A. é uma sociedade anônima, regida por este Estatuto Social e pelas leis aplicáveis."* Permanecerão inalterados os demais dispositivos estatutários, sendo que o Estatuto Social da Companhia deverá ser consolidado, para contemplar a alteração proposta neste item; (ii) Indicação dos Srs. Paulo Roberto Reckziegel Guedes e Gustavo Pelliciari de Andrade, até então membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia, para ocuparem os cargos de membros efetivos do referido Conselho de Administração; (iii) Eleição dos Srs. José Henrique Braga Polido Lopes, Ricardo Antônio Mello Castanheira, Marco Antonio Zangari e Fernando Augusto Camargo de Arruda Botelho, para ocuparem os cargos de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Indicação do Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos, até então membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, para ocupar o cargo de membro efetivo do referido Conselho Fiscal; (v) Eleição do Sr. Tarcísio Augusto Carneiro, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Observações: (i) Os mandatos de representação para a Assembléia Geral Extraordinária deverão ser depositados na sede social da Companhia, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, São Paulo - SP, até às 10:30 horas do dia 15 de fevereiro de 2011. (ii) Os documentos de que tratam os artigos 10 e 11 da Instrução Normativa da CVM nº 481, foram devidamente apresentados à CVM por meio do Sistema IPE. São Paulo, 27 de janeiro de 2011. Conselho de Administração - **Eduardo Borges de Andrade** - Presidente. (28 e 29/01, 01/02)

CERRADINHO HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.196.718/0001-11 - NIRE 35.300.372.603

Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Cerradinho Holding S.A.** ("Companhia") para reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada às 10 horas do dia 07 de fevereiro de 2011, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.800, 1º andar - parte, CEP 01451-001, para deliberarem a respeito do grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 20 (vinte) ações atualmente existentes para 1 (uma) nova ação da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembléia Geral Extraordinária encontram-se à disposição dos acionistas a partir da presente data, na sede da Companhia, consoante o artigo 135, § 3º da Lei das Sociedades por Ações. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos hábeis para comprovação de sua identidade e, na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato regularizado na forma da lei. São Paulo, 28 de janeiro de 2011. **Luciano Sanches Fernandes** - Presidente do Conselho de Administração.(28-29/01 e 01/02)

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo — SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO),
OU=ID - 772641, CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal
www.imprensaoficial.com.br